

A NOÇÃO DE AUTORIDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Haller Elinar Stach. Schunemann (UNASP)

haller_schunemann@yahoo.com.br

Juliana de Jesus Queiroz –(Escola Adventista)

Liliane Silva Oliveira- (Escola Adventista)

Priscilla Aparecida. Rabaneda. da Fonseca (Escola Adventista)

Conflitos interpessoais na instituição educativa: ética e moralidade na sociedade pós-moderna

A autoridade tem estado sob questionamento na sociedade atual. A posição de submissão a autoridade ou a própria noção de confiança na autoridade tem sido questionada com intensidade. Embora, na construção da moral a capacidade de reflexão seja o elemento superior, o papel das autoridades educativas (pais e professores) na formação moral das crianças não pode ser desprezado. Essa pesquisa teve como objetivo investigar como crianças e adolescentes avaliam a obediência a autoridade e a submissão as exigências da autoridades. Foram apresentados 3 dilemas a 90 sujeitos entre crianças e adolescentes, divididos em três grupos em função da faixa etária, (5/6 anos, 9/10 e 14/15) no qual foram convidados a opinar. Os resultados demonstraram que independente da faixa etárias o abuso das autoridades foi identificado e criticado, embora os argumentos tiveram graus de complexidade em função do nível heterônomo ou autônomo. Isso evidencia uma percepção mesmo nas crianças de uma visão crítica a autoridade.

Palavras-chave: autoridade educativa; heteronomia; autonomia.

INTRODUÇÃO

É comum se falar muito atualmente em uma crise de autoridade. A falta de autoridade de país, professores, líderes religiosos, políticos entre outros estaria minando os alicerces da sociedade e estaria produzindo uma crise moral na sociedade contemporânea. Esse tipo de discurso, não é obviamente uma unanimidade, mas sinaliza que a dimensão de respeito e obediência às autoridades tem sido posta com frequência na sociedade atual.

Adorno (2004) ao analisar as atrocidades contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial, leva ele a postular que um dos problemas centrais

esteve justamente em um processo educativo centralizado na obediência, que consequentemente ao não oferecer uma possibilidade de emancipação e reflexão aos educandos leva a uma processo de submissão cega a autoridades.

Se por um lado o exercício da autoridade sempre leva a um risco de ocorrer um abuso de poder, por outro, parece difícil pensar a existência de uma sociedade sem qualquer manifestação de submissão ou respeito á autoridade. Saber um possível equilíbrio nesse processo, ou mesmo dosar corretamente a autoridade parece ser um grande desafio.

A sociedade autoritária descrita por Adorno parece ser um retrato ultrapassado que não faria jus ao momento histórico atual. Autores como Renault (2004) , Guillot (2008) discutem um processo inverso no qual parece haver um vazio de autoridade.

O questionamento de Renault sobre o declínio da autoridade não está restrita apenas ao âmbito da relação educativa entre pais e filhos ou entre professores e alunos. Em áreas como a saúde e a política, por exemplo, também se observa a desconfiança em relação as autoridades. As pessoas não acreditam muito nos políticos e mesmos a autoridade dos profissionais de saúde, não é vista com ausência de suspeita. A convicção de procurar mais de uma avaliação médica ou a recusa do paciente ao tratamento são interpretados como sinais de um declínio da autoridade. Nas relações escolares a autoridade do professor não é mais incontestável. Fica evidente que a autoridade do professor está limitada, marcada pelo direito dos alunos questionarem critérios e métodos. É importante que o que o Renault (2004) apresenta como fim da autoridade não significa necessariamente, que todas as relações se tornaram anárquicas ou desrespeitosas, mas que a autoridade não é mais percebida de forma absoluta.

Evidentemente esse tipo de avaliação pode sugerir uma retomada do papel da autoridade. Guillot (2008) defende esse tipo de proposta. Tratando especificamente das realidades educativas, ele questiona o que seria o medo

do autoritarismo na sociedade atual. No campo educativo, que é o objeto de sua análise, estaríamos presenciado um grave problema decorrente do receio do exercício da autoridade por parte dos adultos. Considerando válido o problema do autoritarismo para a sociedade, a maior parte dos professores e educadores apresenta dificuldades em estabelecer regras, limites e exigências. Para Gullot existe a possibilidade de ter um modelo ideal de autoridade no qual os aspectos da cumplicidade na relação entre o adulto e a criança e o controle das tarefas se equilibram.

É importante lembrarmos, primeiro que a formação moral do sujeito é algo com importantes implicações para o funcionamento da sociedade. Durkheim (2008) dedica-se a estudar o papel da moral na educação, justamente por que é o fator fundamental da sociabilidade. Por tanto, as práticas educativas precisam ser sempre devidamente consideradas. Um dos elementos importantes propostos por Durkheim é a disciplina, e claro, embora o mais importante nível seja o da autodisciplina, esse só pode ser conseguido quando há uma condução do processo educativo para o desenvolvimento de tal habilidade.

La Taille (1998) ao discutir o papel dos limites destaca que a importância deles não diz respeito apenas ao controle, mas essencialmente na capacidade do exercício de uma moral autônoma. Seguindo o pensamento de Piaget, La Taille (2006, 2009) destaca a importância de uma moral adequadamente construída. Essa moral se constrói quando a um espaço para a reflexão ética. Evidentemente, essa reflexão não pode ser resultado apenas da presença de figuras de autoridade no processo educativo. Pelo contrário, se a educação moral for proposta apenas em termos de modelos, o papel da autonomia e da reflexão são perdidos. Ora, aqui está o aspecto essencial observado por Piaget (1977) a criança desenvolve a sua moralidade tendo primeiro uma fase heterônoma para em seguida chegar a uma moral autônoma. A moral heterônoma não é ausência de moralidade, mas uma moral que apenas foi imposta na rela-

ção com a autoridade. A criança na relação com a autoridade paterna e do professor internaliza um grupo de regras. Somente, após esse etapa, em função das possibilidades trazidas pelo desenvolvimento cognitivo e as formas de interação familiar é que a moral autônoma se desenvolve.

Assim, podemos perceber que ao mesmo em tempo que a crítica ao autoritarismo seja válido, isso não pode ser confundido com um processo educativo no qual a criança seja deixada totalmente sem nenhuma diretriz ou condução. A criança é um sujeito em formação moral. Isso implica na necessidade de estabelecer claramente as regras, de marcar comportamentos aceitáveis socialmente, estimular a reflexão da relação moral de causa e efeito. Assim, o fim da autoridade é um problema se isso significa o abandono de qualquer orientação aos educandos; mas pode ser pensada como adequada, quando significar o espaço para o exercício de uma moral autônoma sem uma submissão a irrestrita a autoridade.

Diante dessa questão consideramos importante verificar como as crianças e adolescentes avaliam a relação com a autoridade. Nessa pesquisa, procuramos avaliar como deveria ser pensada a relação de submissão a uma autoridade que propõe ações a transgressões morais praticamente consensuais ou situações de um abuso da autoridade.

Esta pesquisa procurou identificar a posição de crianças e adolescentes diante de situações conflituosas com a autoridade dos pais, dos professores e de policiais. Os participantes da pesquisa foram crianças e adolescentes com o seguinte recorte de idade: crianças menores (5 e 6 anos); crianças maiores (9 e 10 anos) e adolescentes (14 e 15 anos). Esse recorte foi pensando em função do desenvolvimento cognitivo das crianças segundo a teoria piagetiana. Em cada faixa etária fora entrevistadas 30 crianças escolhidas em uma escola pública localizada na periferia de São Paulo.

Os resultados são bastante interessantes e serão analisados em função dos dilemas propostos e a o posicionamento das crianças em função das suas faixas etárias.

O dilema 1 trata a autoridade policial é o seguinte:

“Um grupo de amigos estava sentado no gramado de um parque. Havia uma placa que dizia “proibido sentar na grama”. O segurança do parque se aproximou já com o cassetete na mão começou a bater nos garotos. Um deles perguntou por que estavam apanhando e ele gritou: vocês são cegos olhem a placa! Eles saíram correndo. O segurança podia bater nos garotos por que eles estavam fazendo uma coisa errada ao sentar na grama? Por quê? Eles poderiam fazer uma reclamação para alguém do comportamento do guarda? Por quê?”

Os resultados são apontam que já as crianças menores questionam a ação policial. Dois exemplos, mostram uma relação de crítica a postura do policial, mas surpreendem na justificativa. Vejamos:

“O guarda não pode bater, porque só o papai a mamãe o titio a vovó e o vovô podem bater. (A 4);” “Não porque não é pai deles para bater. (A 11)”

Essa resposta sugere uma relação de domínio de autoridade. Assim, o problema do policial estava que ele não poderia fazer essa ação, mas o pai. Essa questão fica mais clara ainda no que foi posto por algumas crianças sobre poder contar ou não o que aconteceu. A resposta de A6 “*Não, porque era segredo deles*” ilustra a situação no qual a idéia envolvida é que como a criança estava errada, ela deveria manter-se em silêncio sobre o assunto. Ainda é significativa a resposta dada por A1 “*Não, porque o guarda batia de novo*”, por que indica um medo de uma represália do policial se for repreendido. Assim, embora já encontramos entre as crianças a rejeição a postura autoritário do policial, os argumentos apontados ainda sugerem uma heteronômia bem visível nessa questão.

Junto as crianças maiores nessa situação observamos os depoimentos de que o comportamento da autoridade policial estava errado por que: “*eram de menor*” (B8,). Também aparecem sugestões como “*não, só podia conversar*” (B10) e “*não, porque não é justo, é só conversar*” (B12).

Por fim, junto aos adolescentes encontramos os seguintes resultados eles são categóricos em afirmar que os garotos tinham direito de reclamar,

reconhecem que há uma hierarquia e que houve abuso de poder. Em suas respostas há uma articulação, em que o guarda poderia ter pedido e não agredido fisicamente ao grupo de garotos.

Vamos apresentar agora o segundo dilema no qual propôs uma situação de tensão com o professor.

“Um professor disse aos alunos que eles poderiam ficar em sala de aula fazendo o que quisessem desde que não fizessem muito barulho. Um aluno perguntou por que ele não daria aula e o professor disse que ele precisa fazer uns trabalhos e ele estava sem tempo para fazer isso em casa. O professor pode deixar de dar aula para fazer coisas do seu próprio interesse? Por quê? Eles deveriam fazer o que o professor disse ou reclamar para o diretor que ficaram sem aula? Por quê?”

Nesse dilema o problema de autoridade é marcada por uma prática abusiva, não pelo controle excessivo, mas pela omissão, pelo não cumprimento de um dever. Aqui temos resposta bem significativas entre as crianças menores como podemos ver a seguir:

“Não, se não os alunos não vão aprender. (A 4)”

“Não porque a professora tem que cuidar dos alunos e dar lição.(A 6)”

“Não, aqui é escola e tem que dar aula. (A 11)”

“Não, porque ela tinha que fazer em outro lugar. (A 17)”

Notamos que nesta fase há uma grande interesse quanto ao aprendizado. De forma unânime, também responderam que deveria se reclamar ao diretor, não que elas fariam isso, mas se viram no direito de falar pois estavam sendo prejudicadas.

Sim, pra ele brigar com a professora. (A7)

Sim para ele ver o que está acontecendo. (A15)

As crianças maiores seguem o mesmo raciocínio, conforme podemos ver:

“não, porque a responsabilidade dele é dar aula” (B1);

“não, porque ele tem compromisso de dar aula” (B5);

“não, porque poderia mandar um substituto” (B4,)

“ não, porque é o trabalho dele” (B12).

Nessa segunda parte, as crianças foram unânimes também em que os alunos deveriam fazer uma reclamação para o diretor. Uma resposta bem interessante foi *“deveriam fazer o que o professor mandou e reclamar depois”* (B30). Algumas respostas demonstraram um grau de autonomia um pouco maior do que outras. Por exemplo: *“O professor deve dar aula, porque os alunos precisam das aulas”* (B14).

Os adolescentes consideraram essa ação errada. Podemos observar um aspecto bem relevante aqui em duas respostas.

“Não, porque ele tem a obrigação de dar a aula, ele não pode deixar suas obrigações.” (C 9)

“... o professor está errado, mas quando o professor diz que não vai dar aula a gente fica tão feliz. (C 13).

Consideramos interessante, que C13 reconhece que não haveria reclamação, mas isso não torna correto a ação do professor. Inclusive, não há dúvida sobre o direito de questionar essa autoridade. A resposta de C9 é bem clara nesse sentido: *“Deveriam se queixar com a direção, se todos os professores fizessem esse mesmo ato, ninguém iria aprender nada na escola.”*

Os argumentos dos adolescentes diferem quanto a uma maior elaboração, mas a percepção de que a autoridade abusiva do professor pode ser denunciada e não deve ser aceita ficou evidente, mesmo entre as crianças pequenas.

Por fim, o último dilema que propomos trata de uma situação interessante que é na relação com os pais. Foi proposto para os entrevistados o seguinte dilema:

“Uma mãe foi com um filho no supermercado. Lá ela pegou um pacote de balas e disse para o filho que colocasse no bolso de dentro do casaco. Quando iam passar no caixa a mãe disse para o filho que ficasse quieto e não falasse nada e nem pegasse no pacote de balas. Ele mesmo sabendo que era um roubo fez o que a mãe mandou. A mãe pode mandar o seu filho fazer uma coisa errada como roubar no supermercado? Por quê? O filho deveria obedecer a mãe mesmo sabendo que estava fazendo uma coisa errada? Por quê?”

Pensamos essa situação como a mais tensa, em especial para as crianças menores no qual o papel dos pais como figura de autoridade é mais evidente. Observemos os resultados obtidos:

As respostas das crianças foram unânimes, dizendo que a mãe não deveria ter dado essa ordem, pois roubar é errado, e que desta forma a criança não deveria obedecer.

Não, porque tem que pagar. (A5)

Não, porque o guarda prende. (A7)

Não, porque isso é feio, e se ele fizesse isso ele ia crescer sendo ladrão. (A 11)

É muito significativo nestas respostas de um lado o uso de argumento claramente heretônimo, como “feio” ou “prende”, mas uma rejeição total a obedecer a mãe que estava mandando furtar um alimento no supermercado.

Entre as crianças maiores há ainda um consenso absoluto que a mãe não deve mandar o filho roubar. Há justificativas ainda parecem bem heterônomas:

“não, porque é feio”(B9);

“não, se alguém descobre ele vai para a Febem”(B6)

Embora já encontramos elementos mais próximos do pensamento autônomo, como “*não, porque é contra lei*” (B23) e “*não, porque prejudica a si mesmo*” (B11).

Todas as crianças responderam que o filho não deveria obedecer a mãe na situação proposta. Uma resposta que consideramos importante é de B7 que afirmou que “*a mãe está levando a fazer coisa errada*” (B7). Dentro do apresentado ficou evidente uma contradição na condução dessa autoridade, na qual está implícito o conceito de que ela fazer as coisas certas.

Entre os adolescentes, algumas respostas indicaram bem a compreensão de uma tensão nessa questão.

“Há dois lado porque ele tem que obedecer a mãe e o outro é que aquilo que ela pede é errado” (C11)

“Não, porque na Bíblia fala que devemos obedecer primeiro a Deus e depois aos homens e Deus fala para não fazer coisas erradas, então não pode fazer” (C12)

“Não, porque seria um furto e ela estaria abusando do filho de menor.” (C20)

Podemos observar que o dilema é bem percebido. No caso de C12, embora ele perceba o dilema, ele o interpreta dentro de um referencial religioso está inserido. O que foi surpreendente, é que enquanto entre as crianças, nenhuma delas sugeriu a obediência a mãe, entre os adolescentes uma minoria (10%) considerou que a obediência a mãe (autoridade) superava o respeito a regra (não roubar). Talvez, esse resultado seja por que apenas os adolescentes perceberam claramente o dilema da situação, e então procuraram avaliar qual seria o critério mais importante na solução do conflito. Os demais, talvez, em função de sua heteronomia, pensaram apenas no imperativo da regra, sem avaliar qual era o vínculo afetivo com o proponente.

Enfim, os resultados apontam claramente que a autoridade não é mais vista de forma absoluta. Os excessos ou contradições são detectados e a sim-

ples vontade da autoridade não é considera como legítima entre crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

DURKHEIM, E. **Educação moral**. Petrópolis, Vozes, 2008

GUILLOT, G. **O resgate da autoridade em educação**. Porto Alegre, ArtMed, 2008.

LA TAILLE., Y. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo, Ática, 1998.

_____. **Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre, ArtMed, 2006,

_____. **Formação etica: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre, ArtMed, 2009.

PIAGET, J. J. **O julgamento moral da criança**. São Paulo, Mestre Jou, 1977.

RENAULT, A. **O fim da autoridade**. Lisboa, Instituto Piaget, 2004.